

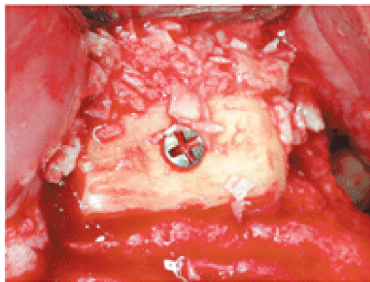


Ossos em blocos e triturados

## Banco de ossos também é utilizado na Odontologia.

O transplante ósseo é mais uma alternativa segura e benéfica para a implantodontia.

O transplante de órgãos e tecidos é um procedimento relativamente novo, muito usado pela Medicina. O transplante ósseo, assim como outros procedimentos atuais, surgiu da necessidade que os médicos tinham de tratar soldados gravemente feridos em guerras e que não tinham condições de serem curados com os métodos convencionais. Desde o final da década de 50, os médicos da Marinha Americana já tinham protocolos de processamento e tratamento com transplantes ósseos. No Brasil, o transplante ósseo é realizado desde a década de 70 na ortopedia médica. Mas, desde 1999, esse procedimento também passou a ser utilizado pela Odontologia brasileira para reconstituir o osso de pacientes que perderam os dentes, ou seja, para o uso de implantes dentários. Até então, para esse tipo de situação, usava-se apenas o enxerto ósseo autógeno. Nesse caso, o osso a ser colocado é retirado do próprio paciente. Normalmente é retirado o osso da bacia, chamado crista ilíaca, de regiões infra-orais como o mento (queixo) e do ramo mandibular que fica atrás dos molares inferiores. Esse processo envolve uma intervenção cirúrgica, o pós-operatório e só depois a colocação do implante e da prótese. Já no transplante ósseo, o osso a ser colocado vem de um banco de ossos, de uma doação. O paciente não precisa remover osso algum e ainda tem um procedimento totalmente realizado no consultório, apenas com anestesia local. É o chamado enxerto alógeno, no qual se utiliza o osso de outra pessoa, um doador. Pesquisas mostram que nesse caso, os melhores ossos para serem utilizados são a tíbia e o fêmur. Isso porque eles possuem corticais espessas, volumosas, que facilitam o enxerto e a regeneração do osso. O Ministério da Saúde é o órgão responsável pela regulamentação do banco de ossos. O processo de obtenção dos ossos passa por um rigoroso controle, desde o processo de captação, exames laboratoriais, limpeza até o armazenamento. Há uma equipe especializada em remoção de ossos que é avisada quando um doador de órgãos e tecidos entra em óbito. Assim como outros órgãos que servem para doação, como o coração, por exemplo, a equipe tem um prazo máximo de 6 a 12 horas para retirar os ossos e congelá-los em um freezer especial que resfria o material em até 80° negativos. Depois disso, são cortados em pequenos blocos para se adequarem ao uso odontológico. Tudo é feito com muito critério e cuidadosa reconstrução para que a aparência do paciente doador seja preservada. São esses pequenos blocos que são transplantados nos pacientes que precisam do osso. Ao contrário do que muitos pensam, o osso transplantado serve apenas para ativar a regeneração óssea do próprio paciente, já que depois de seis meses, já é substituído pelo osso da própria pessoa. "Vale ressaltar que o osso utilizado é o chamado osso fresco. Ele é congelado, processado e aí sim implantado. Os ossos de um único doador podem beneficiar cerca de 50 pacientes, vítimas de perdas ósseas provocadas por tumores, trocas de prótese articulares e problemas odontológicos. Existem poucos bancos de ossos no Brasil. No Estado de São Paulo, por exemplo, há o do Hospital Albert Einstein, o do Hospital das Clínicas da USP e o da UNIMAR - Universidade de Marília; estes últimos um dos poucos lugares no Brasil que, hoje, fornecem ossos para a Odontologia. "Em Marília, apenas Cirurgiões-Dentistas cadastrados especialistas em implantodontia, periodontia e cirurgia podem fazer uso do banco de ossos. Para clínico geral ainda não está disponível. Lá, uma ficha cadastral com os dados do paciente é encaminhada. É feito um registro do paciente e do doador,



Ossos em bloco instalados no leito com osso particulado nos bordos, e seio maxilar preparado para instalação do osso triturado

além de um cadastro do profissional. Para garantir a confiabilidade dos transplantes ósseos realizados no país, o Ministério da Saúde, juntamente com o Sistema Nacional de Transplantes, são responsáveis pelo cadastro e credenciamento dos bancos de ossos, bem como dos profissionais aptos a realizarem tais procedimentos. A maioria dos bancos de ossos segue as orientações da American Association Of Tissue Banks (AATB) no que diz respeito à obtenção, processamento e esterilização dos enxertos ósseos. São normas criadas pelo Estados Unidos, também seguidas pelo Brasil. Dentre as normas, a AATB contra-indica a coleta de ossos de doadores pertencentes a grupo de alto risco, determinado por testes médicos e/ou grupos de risco comportamentais; HIV positivos; doadores cuja autópsia revele doenças ocultas; doadores soro-positivos para contaminação bacteriana; soro-positivos de hepatite B e hepatite C; e portadores de sífilis. A política nacional de transplantes de órgãos e tecidos está fundamentada na Legislação (Lei nº 9.434/97 e Lei nº 10.211/01) e tem como diretrizes a gratuidade da doação, a beneficência em relação aos receptores e não maleficência em relação aos doadores vivos. Ainda

estabelece garantias e direitos aos pacientes que necessitam destes procedimentos e regula toda a rede assistencial através de autorizações de funcionamento de equipes e instituições. Toda a política de transplante está em sintonia com as leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90, que regem o funcionamento do SUS. A utilização de banco de ossos para a Odontologia foi totalmente regulamentada e aprovada pelo Ministério da Saúde, em 2005.